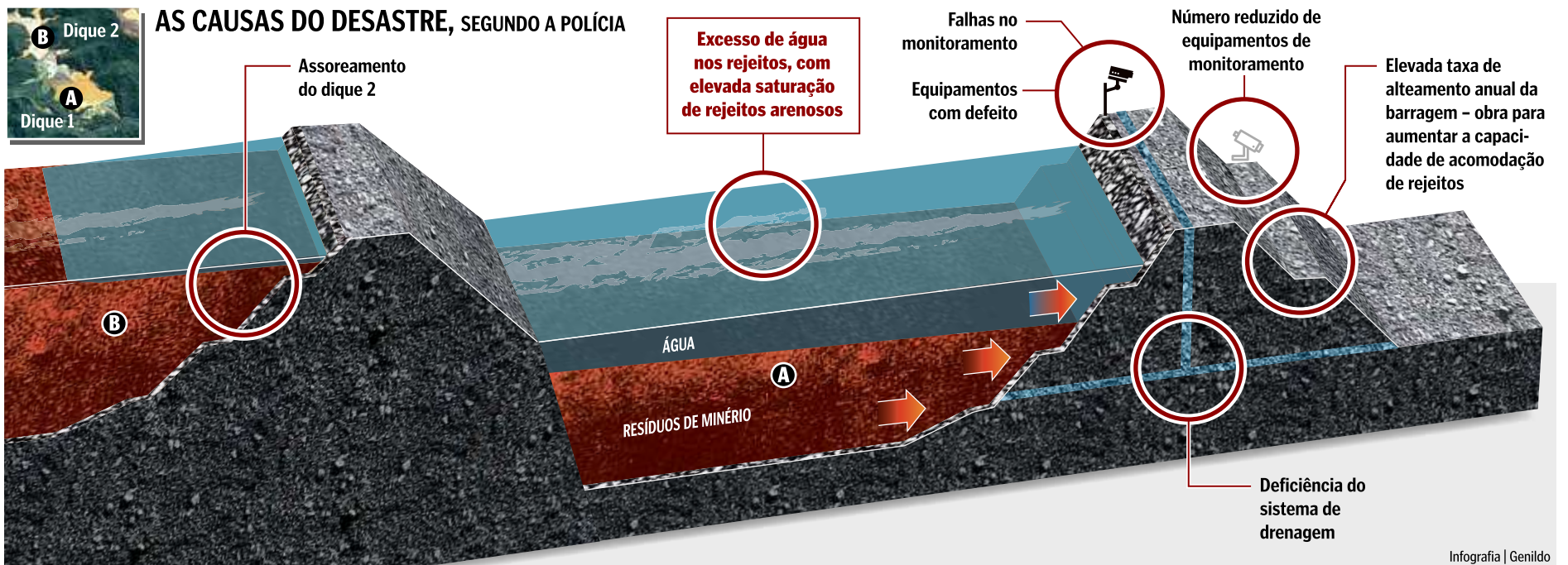


REPORTAGEM ESPECIAL

BARRAGEM DE REJEITOS DE MINÉRIO



Infografia | Genildo

POLÍCIA PEDE PRISÕES E APONTA ERROS DA SAMARCO

Presidente licenciado e mais 6 foram indiciados por homicídio

➤ A Polícia Civil de Minas Gerais anunciou ontem que a perícia apontou que a causa do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, foi liquefação, ou seja, o acúmulo de água. Além disso, a polícia indiciou e pediu a prisão preventiva do presidente licenciado da Samarco, Ricardo Vescovi, e de outras seis pessoas pelas 19 mortes causadas pelo desastre, que aconteceu em novembro do ano passado.

Segundo a perícia, houve elevada saturação de rejeitos arenosos depositados em Fundão, falhas no monitora-

mento, equipamentos com defeito, número reduzido de equipamentos de monitoramento, elevada taxa de alteamento anual da barragem, assoreamento do dique 02 e deficiência junto ao sistema de drenagem.

"É como se o aumento do eixo (da barragem) fosse construído em cima de uma gelatina", disse o delegado Rodrigo Bustamante, responsável pelo inquérito, sobre o alteamento da barragem. Ele afirmou que elevação de Fundão não foi comunicada ao órgão fiscalizador.

A perícia realizada pela polícia apontou que nos dois lados da barragem havia um grande acúmulo de água ao invés de lama, mostrando que a drenagem era ineficaz. O colapso se deu, segundo o perito Otávio Guerra, porque os rejeitos finos não deram sustentação. "O fluxo de água e lama foi tão intenso que deflagrou o processo de liquefação. Toda a estrutura entrou em colapso", disse.

Além de Vescovi, foram indiciados por homicídio os também funcionários

GELATINA

"É como se o aumento do eixo (da barragem) fosse construído em cima de uma gelatina"

RODRIGO BUSTAMANTE
DELEGADO

da Samarco, Kléber Terra, diretor-geral de operações; Germano Lopes, gerente-geral de projetos; Wagner Alves, gerente de operações; Wanderson

Silvério, coordenador técnico de planejamento e monitoramento; Daviely Rodrigues, gerente. Também está na lista de prisões Samuel Paes Lourdes, engenheiro da VogBR.

O inquérito da Polícia Civil, que trata da apuração das 19 mortes, possui 13 volumes, 2432 páginas e cerca de 100 oitavas.

DESASTRE

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, que pertence à mineradora Sa-

marco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton, destruiu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e afetou outras localidades, além das cidades de Barra Longa e Rio Doce.

Os rejeitos também atingiram mais de 40 cidades na Região Leste de Minas Gerais e no Espírito Santo, chegando ao mar de Regência, em Linhares. O desastre ambiental é considerado o maior e sem precedentes no Brasil. Dezenove pessoas morreram, mas dois corpos não foram localizados.

Pena de até 30 anos por cada uma das mortes

➤ As sete pessoas, incluindo o presidente licenciado da Samarco, Ricardo Vescovi, foram indiciadas por homicídio qualificado. A pena pode variar de 12 a 30 anos para cada uma das 19 mortes causadas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais.

O delegado Rodrigo Bustamante, responsável da Polícia Civil de Minas Gerais pelo inquéri-

to, disse que os pedidos de prisão preventiva – sem prazo pré-determinado – se devem a estabelecer a ordem pública, no sentido de acalmar a população em relação aos responsáveis pelo desastre.

Vescovi, os outros cinco funcionários da Samarco e Samuel Paes Lourdes, engenheiro da VogBR, também responderão pelo crime de causar inundação,

com dolo eventual – quando não há intenção, mas se assume o risco – e de poluição de águas potáveis. No primeiro, a pena varia de 3 a 6 anos de prisão mais multa. No segundo, de 2 a 5 anos.

CRIME AMBIENTAL

Para o delegado, todos os indiciados se omitiram após o rompimento da barragem, além de terem assumido o risco de causar

um possível acidente. Bustamante disse ainda que o crime ambiental e as validades das licenças da Samarco serão analisadas em um segundo inquérito.

Para Bustamante, este foi "o maior desastre ambiental da história do país". O inquérito foi aberto no dia 6 de novembro de 2015, um dia após o rompimento da barragem de Fundão. A investigação durou três meses.



Vescovi também responderá por poluição de águas

DIVULGAÇÃO

VALE E SAMARCO SÃO CITADAS EM AÇÃO

MÁRCIO FERNANDES/AE - 06/11/2015



O distrito de Bento Rodrigues foi devastado pela lama que vazou de barragem

Processo pede bloqueio de bens e pagamento de indenização

▄ JUIRANA NOBRES
jnobres@redgazeta.com.br

A mineradora Samarco e suas acionistas, a BHP Billiton e a Vale, foram citadas em uma ação judicial de R\$ 2 bilhões aberta pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) na Justiça estadual relacionada ao desastre ambiental provocado pelo rompimento de uma barragem da Samarco em Mariana (MG).

A ação pede o bloqueio de bens das rés e o pagamento de indenização por dano moral difu-

so, que atinge várias pessoas, por causa de supostos prejuízos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco.

A Vale confirmou a citação na Ação Civil Pública, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Colatina, no Noroeste, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

A mineradora informou ao G1, na manhã de ontem, que adotará todas as medidas para assegurar o seu direito

DANO MORAL

R\$ 2 bi

é o valor da ação

Processo foi aberto pelo Ministério Público do Espírito Santo na Justiça.

de defesa.

A Samarco disse que foi intimada nesta ação e tomará as providências cabíveis.

Em nota, o MP-ES explicou que ação foi aju-

zada em janeiro deste ano devido à “disputa por água verificada no município de Colatina”.

Ainda de acordo com o MP-ES, entre os pedidos liminares estão o bloqueio de R\$ 2 bilhões para garantir o cumprimento da sentença e o afastamento do sigilo fiscal da Samarco, da Vale e da BHP Billiton Brasil.

A Justiça de Colatina negou os pedidos do Ministério Público, no início de fevereiro, mas citou as empresas para

PARA REPARAÇÃO

R\$ 500

milhões

É o valor que a Justiça mandou bloquear de Samarco, Vale e BHP Billiton.

prestarem informações no processo. O MP-ES já recorreu e aguarda posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES).

OUTRA AÇÃO

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) informou na segunda-feira que a Justiça mandou bloquear R\$ 500 milhões da Samarco, da Vale e da BHP Billiton para a reconstrução de bens públicos e urbanos destruídos na cidade de Barra Longa.

A decisão é da juíza Denise Canêdo Pinto, da comarca de Ponte Nova. Ela ainda determinou multa de R\$ 500 mil diários, caso as mineradoras não apresentem projetos para a recuperação em 30 dias.

OUTRO LADO

Samarco: “Indiciamento equivocado”

▄ Em nota, a Vale e a BHP Billiton, que controlam a Samarco, afirmaram que uma investigação independente está em curso e “até que a mesma seja concluída”, não fará “especulações sobre possíveis causas ou sobre o que pode ou não ter contribuído para o acidente na barragem. Essa investigação inclui inspeções em campo, compilação de dados, testes de laboratório e análises”. Já a Samarco, também em nota, informou que “considera equivocados os indiciamentos e as medidas cautelares de privação de liberdade propostas pela autoridade policial, e vai aguardar a decisão da justiça para tomar as pro-

vidências cabíveis”. Além do presidente licenciado Ricardo Vescovi, foram indiciados os também funcionários da Samarco, Kléber Terra, diretor-geral de operações; Germano Lopes, gerente-geral de projetos; Wagner Alves, gerente de operações; Wanderson Silvério, coordenador técnico de planejamento e monitoramento; Daviely Rodrigues, gerente. A empresa informou que vai analisar o inquérito e “reitera que continua colaborando com as autoridades competentes”. O diretor presidente da VogBR, André Euzébio de Souza, disse que a empresa não vai se posicionar sobre o indiciamento do engenheiro Samuel Paes Loures.

Prazo para responder ao Conar vai até sexta

REPRODUÇÃO

▄ A mineradora Samarco tem até o fim desta semana para apresentar defesa ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) no processo que investiga a veracidade das informações contidas na peça publicitária veiculada pela empresa após o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), em novembro do ano passado.

Após receber dezenas de reclamações de consumidores sobre a veracidade das informações relacionadas à ajuda prestada pela empresa às famílias atingidas e ações de recuperação dos estragos, o Conar decidiu abrir processo para averiguar o conteúdo da campanha publicitária da Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton.

No comercial “É sempre bom olhar para todos os la-



Funcionários da Samarco participam de comercial que defende a mineradora

dos – Samarco histórias”, funcionários da mineradora relatam as ações que supostamente estão sendo adotadas pela mineradora e o sentimento deles, logo após a tragédia.

A partir da apresentação da defesa, o Conselho de Ética do Conar vai nomear um relator, que ficará responsável pelo caso. De acordo com o Conar, a análise dura cerca de 40 dias. Como não houve

pedido de liminar, pedindo a suspensão da peça publicitária, a campanha pode continuar sendo veiculada. Procurada, a Samarco não enviou resposta até a publicação da reportagem.

REPORTAGEM ESPECIAL

VITOR JUBINI - 20/11/2015



O Rio Doce ficou cheio de lama de rejeitos nos três municípios em que passa no Espírito Santo: Colatina (foto), Linhares e Baixo Guandu

CAPTAÇÃO



“Até abril vamos também utilizar o Rio Santa Maria e o Rio Pancas para captação. Isso dará mais segurança para população de Colatina”

LEONARDO DEPTULSKI
PREFEITO DE COLATINA

RIO DOCE SUJO DE LAMA

Colatina ainda sofre por água

Sem distribuição do recurso pela Samarco, moradores coletam até em nascente

RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

A lama de rejeitos de minério da Samarco chegou ao Espírito Santo há mais de três meses e, com ela, uma avalanche de problemas ambientais e sociais que continuam até hoje. Em Colatina, onde a captação de água é realizada apenas pelo Rio Doce, os prejuízos foram ainda maiores e os moradores buscam o recurso até em nascentes.

Há um mês a Samarco parou de distribuir água para a população de Colatina. Algumas pessoas ainda têm água mineral em casa, como a dona de casa Elza Ferrari, mas o estoque está acabando. “Não consigo acreditar que a água que sai nas torneiras está boa”, comenta.

Para não gastar dinheiro com água mineral e também para não utilizar a que é captada do Rio Doce, Elza e parte da população colatinense possuem outra alternativa: a captação de água em nascentes.

Sueli Ferreira precisa percorrer cerca de 3 quilô-



Sueli anda 3 quilômetros para pegar água em nascente

RAQUEL LOPES

metros para buscar água de nascente no bairro São Braz. “Tenho cinco pessoas dentro de casa e se eu fosse comprar água prejudicaria no orçamento da casa”, afirma.

Segundo o Prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski, a água está própria para consumo, mas outras formas de captação serão utilizadas. “Até abril iremos captar água do Rio Santa Maria e Rio Pancas, isso dará mais segurança para população. Em relação às nascentes, é preciso realizar análises, pois algumas ficam próximas às redes de esgoto”, diz.

PREJUÍZOS

Para os pescadores a quaresma é a melhor época para a venda de peixes, mas eles ainda não sabem se vão poder pescar, aguardam a resposta do Ministério Público. “Tirava cerca de R\$ 3,5 mil com a pesca, mas não sei como vai ser este ano. Uma outra dúvida é se a população vai querer consumir o peixe”, afirma o pescador Fernando de Souza.

Além de pescadores, agricultores, artesãos, comerciantes e a população foram também prejudicados.

Prejuízos em Linhares e Baixo Guandu

BERNARDO COUTINHO - 26/11/2015

Em outras cidades do Estado atingidas pela lama a situação não é diferente, como Linhares, Baixo Guandu e também Aracruz. Na região da Foz do Rio Doce, entre a Barra do Riacho, em Aracruz, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares, a pesca foi proibida.

Além da pesca, as praias de Regência, Povoação e Comboios, todas em Linhares, continuam preventivamente interditadas. Em Baixo Guandu, pescadores e agricultores contabilizam prejuízos até hoje. “Perdi 10 hectares de plantação de banana. O meu prejuízo foi calculado em algo próximo



Na vila de Regência, a pesca continua proibida

a R\$ 500 mil”, comenta Ernesto Holz Filho.

PREFEITURAS

Em nota, o prefeito de

Linhares, Nozinho Corrêa, informou que tem recebido diretores e gerentes da Samarco para tratar de medidas mitigadoras

do impacto da lama de rejeitos no Rio Doce, como a construção de um novo ponto de captação de água para a sede do município, e também realiza ações em parceria com a Samarco como reforço de algumas barragens para proteger lagoas e se comprometeu com custeio de caminhões-pipa

Já o prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros, disse que a lama trouxe prejuízos e pouco foi feito na cidade. “A Samarco não faz nada. Estão tomando medidas tímidas e se negando a conversar com os atingidos”, afirma.

OUTRO LADO

Samarco: assistência aos ribeirinhos

“A Samarco esclarece que até o momento, cerca de 2.700 cartões já foram entregues para a população ribeirinha, pescadores, areeiros, agricultores rurais e outros profissionais cuja subsistência dependia do Rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo. Além de contar com o apoio de instituições para identificação das pessoas atingidas, a empresa realiza monitoramento constante

da qualidade da água no litoral capixaba, inclusive na Foz do Rio Doce, onde são colhidas, diariamente, amostras da água e de sedimentos para a análise, a pedido do Ministério Público. Todos os parâmetros estão dentro do limite legal estabelecido no Brasil para os metais pesados. Um estudo sobre a bioacumulação de metais nos peixes ainda está em andamento.